

## A CAVALARIA NO BRASIL

Em meados do século XVI são lançados os fundamentos das instituições militares nacionais. O Regimento dado a Tomé de Souza, em 7 de janeiro de 1549, determinava a criação de uma “milícia colonial”, uma guarda militar da colônia a ser integrada por todos os colonos, que deveriam manter-se convenientemente armados à própria custa. À esta guarda territorial deveria sobrepor-se uma força militar regular, inicialmente de infantaria, que funcionaria como elemento aglutinador.

Esta milícia dos primórdios do BRASIL não possuía organização rígida. Em caso de necessidade ou de ataque às povoações, os milicianos eram reunidos pelos donatários das capitanias ou pelo Governador Geral para enfrentar os indígenas, piratas e estrangeiros invasores. A quase totalidade dos colonos combatia a pé, pois os cavalos eram escassos e muito caros, não sendo possível ainda a organização de forças permanentes de Cavalaria. Somente alguns senhores de engenhos, fidalgos e altos funcionários da Coroa podiam dispor de animais para sua locomoção e emprego em combate.

Os primeiros registros do emprego do cavalo em combate no BRASIL constam das crônicas sobre as guerras movidas pelos Governadores Gerais contra as nações indígenas na Bahia e Espírito Santo, no século XVI. Um pequeno contingente de milicianos a cavalo participou do Combate de Porto Grande, próximo a Pirajá na Bahia, em 26 de maio de 1555, contribuindo para dispersar os indígenas que haviam atacado um engenho. Na Guerra do Paraguassú, movida por Mem de Sá entre 1558 e 1559 contra os Tupiniquins, pela primeira vez na colônia um combate foi decidido mediante o emprego de uma pequena tropa de Cavalaria. Em 28 de setembro de 1559, uma força de milicianos a cavalo participa do ataque ao segundo maior reduto tupiniquim, levando o terror aos indígenas, contribuindo decisivamente para a derrocada dos defensores, sendo lançada logo a seguir, na perseguição aos fugitivos.



No século XVII, existiram nas capitanias do nordeste diversas Companhias de Cavalaria de Milícias, distribuídas pelas freguesias e na guarda dos governadores. Algumas destas companhias vão se destacar na Restauração Pernambucana, durante a guerra contra os holandeses. Sob o comando do Capitão ANTÔNIO SILVA, um esquadrão de cavalaria participa da 1ª Batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648, contribuindo para a

retomada das posições do terço de Henrique Dias. Em 19 de fevereiro de 1649, na 2ª Batalha de Guararapes, as companhias de cavalaria dos Capitães ANTÔNIO SILVA e MANOEL DE ARAÚJO MIRANDA, são lançadas contra o centro do dispositivo holandês, concorrendo para a derrota dos batavos.

Consolidada a posse do nordeste pelos portugueses no século XVII, a estrutura militar lá existente entra em declínio. No século XVIII desloca-se para o sul o interesse da política militar no Brasil, tanto do ponto de vista das necessidades internas como no das relações internacionais. No começo desse século, assume a Capitania de Minas Gerais uma maior importância para a Coroa, devido às suas lavras auríferas e garimpos diamantíferos.

O emprego da Cavalaria no BRASIL durante o período colonial restringiu-se, inicialmente, à limitada atuação das forças milicianas durante os séculos XVI e XVII, em face da grande dificuldade para a manutenção de unidades a cavalo nos primórdios de nossa história. Este quadro será alterado no século XVIII com a criação das unidades de Dragões e da Cavalaria Auxiliar. Em Minas Gerais, os Dragões são criados como tropa regular e disciplinada, encarregada dos serviços de guarda, dos registros, patrulhas, destacamentos e para outros serviços diversos e, sobretudo, para fazer respeitar as leis e a autoridade do governo, devendo marchar em caso de guerra, para onde este socorro fosse preciso. No Sul, a história das lutas no Prata e da formação do Rio Grande do Sul vão se confundir com a própria história dos Dragões e da Cavalaria Auxiliar.



No século XVIII são criados no BRASIL os primeiros corpos de Cavalaria regular e auxiliar. Surgem, assim, em Minas Gerais, duas Companhias de Cavalaria criadas em 20 de junho de 1712 e a Companhia de Dragões criada em 1729, que em 1775 vão dar origem ao Regimento de Cavalaria de Vila Rica. No Rio Grande do Sul são criados o Regimento de Dragões do Rio Grande em 1736 e o Regimento de Cavalaria Auxiliar e o Esquadrão de Voluntários em 1770. Em São Paulo é organizado em 1775 o Regimento de Cavalaria de Voluntários Reais, depois Cavalaria da Legião de São Paulo. No Rio de Janeiro surgem as duas Companhias da Guarda dos Vice-Reis, criadas a partir de 1765 e transformadas logo depois em Esquadrão da Guarda dos Vice-Reis. Foram criados, ainda, o Regimento de Cavalaria Auxiliar do Piauí, a Companhia de Dragões de Cuiabá, a Companhia de Dragões de Goiás e as Companhias de Cavalaria da Guarda do Governador da Bahia e do General em Pernambuco.

Em 1808, a Corte Portuguesa instala-se no BRASIL e várias providências são tomadas para reorganizar e tornar mais eficiente o Exército do Brasil. Foram criadas no primeiro

quartel do século XIX diversas unidades, destacando-se para a Cavalaria a criação do 1º Regimento de Cavalaria do Exército, Regimento de Dragões de Montevidéo, Regimento de Dragões da União, Esquadrão de Cavalaria da Cidade de São Paulo, Esquadrão de Cavalaria do Pará, Companhia de Cavalaria da Legião da Bahia, Companhia de Cavalaria da Legião do Mato Grosso e o Corpo de Cavalaria da Província de Pernambuco.

No período do Brasil Colônia e Brasil Reino, durante a consolidação das fronteiras no Sul, os Dragões do Rio Grande (depois Rio Pardo), a Legião de Tropas Ligeiras e a Cavalaria Auxiliar escreveram páginas repletas de heroísmo e sacrifício nas campanhas realizadas na Bacia do Prata. Estiveram presentes em 1762 – 63 e 1773 – 74, nas campanhas contra as forças invasoras espanholas, no Rio Grande do Sul; em 1775 – 76, na campanha da Reconquista do Rio Grande do Sul; em 1811 – 1812, na Campanha Pacificadora do Uruguai e em 1816 – 20, na Guerra contra Artigas. Destacaram-se nestas campanhas ilustres chefes de Cavalaria como o Brigadeiro RAFAEL PINTO BANDEIRA e o Marechal de Campo JOSÉ DE ABREU, Barão do Cerro Largo.

Nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia, ocorreu uma passagem pitoresca de nossa história militar, que bem mostra a importância e o peso da participação da Cavalaria nos combates daquela época. Conta a tradição que, no combate de Pirajá, onde as forças brasileiras não dispunham de Cavalaria, quando os portugueses estavam para romper a linha brasileira, um corneteiro recebeu ordem de tocar retirada, porém, desobedecendo ao seu comandante, decidiu tocar “Cavalaria – avançar e degolar“, o que teria provocado desordem nas linhas portuguesas e contribuído, a seguir, para a fuga dos adversários.

Após a Independência, é criado o Exército Brasileiro (EB), passando as forças existentes por uma grande reorganização em 1824. Das unidades de Cavalaria que haviam no Brasil Reino (Exército do Brasil), foram aproveitados na 1ª Linha do Exército: o 1º Regimento de Cavalaria do Exército (Rio de Janeiro), o Regimento de Cavalaria de Minas Gerais (Ouro Preto), a Cavalaria da Legião de São Paulo e Esquadrão da Cidade de São Paulo, o Esquadrão de Voluntários da Província do Rio Grande do Sul (Jaguarão), o Regimento de Dragões do Rio Pardo, o Regimento de Dragões de Montevidéu e o Regimento de Dragões da União (Paysandú), transformados, respectivamente, nos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º Regimentos de Cavalaria. Esta organização sofreu poucas modificações até o início da Guerra do Paraguai.



Após a Independência desapareceram os Dragões, passando toda a Cavalaria a ser classificada como Ligeira. Estas unidades eram armadas de sabre, clavina e pistola. Os

corpos estacionados no Rio Grande do Sul foram classificados algumas vezes, em meados do século XIX, como Lanceiros, pelo fato de usarem a lança, arma que foi adotada somente naquela província a partir da Regência. Usaram esta arma também, o Esquadrão de Lanceiros Alemães e os Regimentos de Milícia Guaranis.

Na metade do século XIX ocorreram profundas modificações na estrutura e organização do EB. Para a Cavalaria, a principal modificação foi a adoção das Instruções do Marechal BERESFORD, para emprego em campanha e nos exercícios, que perduraram durante muitas décadas no Brasil. A doutrina de emprego da Cavalaria, vigente na época, preconizava que o combate deveria ser feito sempre a cavalo. Procurava-se tirar partido da potência de choque da Arma e empregá-la ofensivamente. O ataque era a principal finalidade da Cavalaria e, na sua execução, buscava-se obter velocidade e regularidade nas cargas e nos entreveros.

As mais importantes lutas travadas pelo Império do Brasil foram na região platina, em consequência do valor político e econômico da Bacia do Prata. Assim, foram realizadas a Guerra da Cisplatina em 1826 –28, a Campanha contra Oribe e Rosas em 1851 – 52 e a Guerra contra o Uruguai em 1864 – 65. No período entre 1865 e 1870 foi travada a maior e mais cruenta guerra do Exército Brasileiro – a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Nesta campanha salientaram-se a genialidade e o brilhantismo de lendários chefes da Arma, como o Marechal MANOEL LUÍS OSÓRIO – Marquês do Herval e Patrono da Cavalaria Brasileira; o Brigadeiro JOSÉ JOAQUIM DE ANDRADE NEVES – Barão do Triunfo, “o bravo dos bravos do Exército Brasileiro”; o Marechal do Exército JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA – Visconde de Pelotas; o Tenente – General MANUEL MARQUES DE SOUZA e tantos outros bravos que escreveram as mais gloriosas páginas da história da Cavalaria Brasileira.



Participaram da Guerra do Paraguai três Regimentos de Cavalaria Ligeira e cinco Corpos de Caçadores a Cavalos da 1ª Linha do Exército e cerca de vinte e cinco Corpos Provisórios de Cavalaria da Guarda Nacional (2ª Linha), em sua grande maioria da província do Rio Grande do Sul. Estas unidades, no auge da campanha, estavam organizadas em doze Brigadas de Cavalaria (Bda Cav), subordinadas a seis Divisões de Cavalaria (DC). Foi organizado também, na fase de operações denominada de “ Dezembrada”, um Corpo de Cavalaria reunindo às 2ª e 3ª DC, sob o comando do Barão do Triunfo.



Memoráveis páginas da história do Exército Brasileiro foram escritas pela Cavalaria nesta campanha. A “Cavalaria dos doidos”, como ficou conhecida a Cavalaria de ANDRADE NEVES, galopou vitoriosamente nas margens do Avaí, na Vila do Pilar, no Estabelecimento, em Lomas Valentinas, no Arroio Hondo, em São Solano, Campo Grande e tantos outros combates onde esteve presente. Destas ações, destacam-se, dentre outras, pelas circunstâncias em que foram realizadas e pelos resultados alcançados:

(a) a magistral carga do Barão do Triunfo na retomada do Potreiro Ovelha, em 29 de outubro de 1867, onde dizimou a cavalaria e infantaria inimigas, seguindo-se a tomada de Taií, cercando os paraguaios no campo fortificado de Humaitá;

(b) o reconhecimento em força realizado pelo Brigadeiro JOÃO MANOEL MENNA BARRETO em 18 de julho de 1868, nas posições do Tebiquari, onde, com uma força de 1500 cavalarianos, reconheceu Passo Porto, Passo da Estância, Passo das Ovelhas e Passo da Fortilha, batendo o inimigo e aprisionando numeroso contingente;

(c) a intrépida e ousada ação do então Coronel CÂMARA na batalha do Avaí, em 11 de dezembro de 1868, manobrando com admirável eficiência a sua 5ª DC, salvando de um desastre certo três batalhões de infantaria do 3º Corpo de Exército;

(d) a avassaladora carga do Corpo de Cavalaria do Brigadeiro ANDRADE NEVES na batalha do Avaí, em 11 de dezembro de 1868, cortando a retaguarda inimiga, impedindo a sua fuga e causando-lhe grande número de baixas. Esta carga foi a mais brilhante e de maior efetivo já realizada em batalhas na América do Sul;

(e) a notável atuação da 3ª DC na batalha de Lomas Valentinas, cortando a retaguarda inimiga e impedindo a sua fuga; e

(f) a violenta e decisiva carga da 4ª Bda Cav na batalha de Campo Grande, em 16 de agosto de 1869, contra a retaguarda paraguaia, destroçando o contra-ataque inimigo e aniquilando o seu último esforço no combate, contribuindo para a vitória naquele dia. Esta carga constitui-se em fato memorável para a Arma de Cavalaria, pois foi a última vez que uma força ponderável a cavalo do Exército Brasileiro realizou uma carga, influenciando decisivamente num combate de grandes proporções, contra um inimigo externo.



Já no final do Império, em 1888, a Arma de Cavalaria foi novamente reorganizada, passando a ser constituída por 10 (dez) regimentos de 4 (quatro) esquadrões cada um, sendo 2 (dois) de clavineiros e 2 (dois) de lanceiros, todos de Cavalaria Ligeira.

A grande reforma do exército, operada em 4 de julho de 1908, trouxe um aumento geral dos corpos, sendo organizadas cinco Brigadas Estratégicas e três Brigadas de Cavalaria (Bda Cav). A numeração dos corpos foi alterada e o número de regimentos passou para 17. São criados na Cavalaria os Esquadrões de Trem e os Pelotões de Estafetas.

Em 1915, os Regimentos de Cavalaria (RC) passaram a ser organizados a 4 (quatro) esquadrões, cada um a 4 (quatro) pelotões de 2 (duas) esquadras.

No período entre 1918 - 19, como conseqüência do término da 1ª Guerra Mundial, o EB passou por importantes mudanças estruturais. Em 1919 foi contratada na França uma Missão Militar, cuja principal ação, a partir de 1920, constituiu-se, principalmente, em dar aos quadros conhecimentos mais exatos sobre a guerra e sua preparação, influenciando a organização e a doutrina de emprego da força terrestre até o início da 2ª Guerra Mundial. Na organização de 1919, os RC passaram a ser Divisionários e Independentes. As cinco Divisões possuíam, cada uma, um Regimento de Cavalaria Divisionário (RCD). As três brigadas de Cavalaria eram integradas, cada uma, por três Regimentos de Cavalaria Independentes (RCI) e a 1ª Circunscrição Militar (Mato Grosso) por dois RCI.

Em 1921 é realizada nova organização do Exército. A Cavalaria Independente passa a ser organizada em Divisões de Cavalaria (DC). Cada DC era integrada por duas Bda Cav (cada uma com um comando e 2 (dois) RCI), 1 (um) Grupo de Artilharia a Cavalo, 1 (um) Batalhão de Infantaria Montado e 1 (um) Esquadrão de Transmissões. Todos os regimentos passam a ser estruturados com 4 (quatro) Esquadrões de Cavalaria e 1 (um) Pelotão de Metralhadoras Leves. A reforma substancial na Cavalaria consiste no surgimento do grupo de combate (GC) como elemento básico da organização da Arma. Os pelotões são organizados com um GC e duas esquadras de exploradores. Neste mesmo ano, foi organizada no Rio de Janeiro a primeira tropa blindada do EB, a Companhia de Carros de Assalto, subunidade equipada com carros de combate franceses Renault FT 17.





Em 1928 os RCI passaram a ser organizados a 3 (três) Esquadrões de Cavalaria (cada SU com 4 (quatro) Pel Cav de 4 (quatro) esquadras, e 1 (um) Pel Cmdo), 1 (um) Pelotão Extranumerário e 1 Pelotão de Metralhadoras. Em 1932, são criados nos RCI os Esquadrões Extranumerários e os Esquadrões de Metralhadoras. Em 1935, os Esquadrões de Cavalaria dos RCI passaram a ser organizados com 3 (três) Pel Cav (2 (dois) GC + 1 (uma) esquadra de exploradores) e 1 (um) Pel Extranumerário (1 (um) Gp Cmdo e 1 (um) Gp Sv). (23) Em 1938 foi criado no Rio de Janeiro o Esquadrão de Auto – Metralhadoras, equipado com carros blindados italianos Fiat Ansaldo CV 33 e com os carros de combate Renault FT 17, remanescentes da Companhia de Carros de Assalto, extinta em 1932.

Em 1940/1942 são criados os Regimentos de Cavalaria Transportados das DC, que em 1943/1944 passaram a denominar-se Regimentos de Cavalaria Motorizados (RCMtz). Neste mesmo período, os três Regimentos de Auto-Metralhadoras de Cavalaria, criados em 1938, passaram a ser denominados Regimentos Motomecanizados, mudando novamente esta denominação, em 1946, para Regimentos de Cavalaria Mecanizados (RCMec). Em 1943 os Esquadrões Extranumerários passaram a denominar-se Esquadrões de Comando e Serviços e os Esquadrões de Cavalaria passam a Esquadrões de Fuzileiros. São criados os Esquadrões de Morteiros, Metralhadoras e Canhões Anticarro. Em 1944 é criado o Núcleo da Divisão Motomecanizada, que em 1957 passa a denominar-se a Divisão Blindada (DB).

Em 1943 foi organizado o 1º Esquadrão de Reconhecimento, integrante da Força Expedicionária Brasileira. Esta subunidade foi a única tropa de Cavalaria a participar da 2ª Guerra Mundial, destacando-se nos combates de Gaggio Montano, Marano, Collecchio, Fornovo, Tarano, no Vale do Pó e do Serchio e em tantos outros travados em solo italiano. Após chegar no TO europeu, o 1º Esqd Rec foi equipado com as viaturas blindadas M 8 Greyhound e M3 Half Track, com os quais, fez toda a campanha da Itália.



No período entre 1944/1946 são criados os 1º, 2º e 3º Batalhões de Carros de Combate (BCC) e o Grupo de Reconhecimento Mecanizado, orgânicos da Divisão Motomecanizada, e diversas outras unidades mecanizadas. Neste mesmo período chegaram ao Brasil, cerca de 500 viaturas blindadas. São os carros de combate (VBC,CC) M 4 Sherman, M3 Grant e M3 Stuart, as viaturas blindadas de reconhecimento (VBR) M8 Greyhound e T 17, as viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) M3 White Scout Car e M3/M5 Half Track, as viaturas blindadas posto de comando (VBE,PC) M – 20 e as viaturas blindadas socorro (VBE, Soc) M 32 e M 74, que passaram a equipar as novas unidades e subunidades blindadas e mecanizadas da Cavalaria, organizadas no período da 2ª Guerra Mundial.



Em 1946, a Cavalaria Independente passou a constituir no Rio Grande do Sul um Corpo de Cavalaria, integrado pelas 1ª, 2ª e 3ª DC. Neste mesmo ano os RCI passaram a denominar-se RC. Em 1949 os Esqd Mrt, Mtr e CAC passaram a Esquadrões de Petrechos Pesados. É criada, também, a 4ª DC, no Mato Grosso, que em 1980 é transformada em 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Bda C Mec).

No período entre 1951/1954 os R C Mec passam a denominar-se Regimentos de Reconhecimento Mecanizados (R Rec Mec), assim como os Esquadrões Independentes passaram a ser designados Esqd Rec Mec. Em 1960 são recebidos as primeiras VBC,CC M41 e as VBTP M 59, que vão equipar o R Rec Mec da DB.

No final dos anos 60 e início dos anos 70 o EB passou por grandes modificações estruturais. Foram criadas as Divisões de Exército, as 1ª, 2ª e 3ª DC são transformadas em



Bda C Mec e a Divisão Blindada em Brigada de Cavalaria Blindada. Os BCC transformam-se em Regimentos de Carros de Combate (RCC). Os RC e R Rec Mec são transformados em Regimentos de Cavalaria Mecanizados (RCMec) e Regimentos de Cavalaria Blindados (RCB), integrando as Bda C Mec e DE. Os Esqd Rec Mec passam a denominar-se Esqd C Mec. Os R C Mtz são transformados em R C Mec ou RCC.

Entre 1973 e 1988 o EB recebeu uma grande quantidade de viaturas blindadas, nacionais e estrangeiras, para equipar as unidades e subunidades blindadas e mecanizadas criadas nas décadas de setenta e oitenta. Cerca de 300 VBC, CC M41 e 70 X1A e X1A2, 600 VBTP M 113, 200 VBTP EE 11 Urutu e 400 VBR EE9 Cascavel substituíram as viaturas blindadas recebidas no período da 2ª Guerra Mundial.



No início da década de 80 são desenvolvidos diversos programas de repotencialização de viaturas blindadas, destinados a estender a vida útil das viaturas mais antigas. Destacam-se neste período a modernização das VBTP M 3 Scout Car e M 3 Half Track, das VBR M8, dos CC M 41 e M3 Stuart e das VBTP M 113.



Em 1981 é criado o 1º Esquadrão de Cavalaria Pára-quedista, orgânico da Brigada de Infantaria Pára-quedista e, em 1982, a primeira tropa de Cavalaria na Amazônia, o 12º Esqd C Mec.

Na primeira metade da década de 90, Pel C Mec de diversos Esqd C Mec participaram dos contingentes que integraram o Batalhão Brasileiro na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), realizando missões de reconhecimento e de segurança, contribuindo para o sucesso alcançado pelo EB naquela missão de manutenção da paz.

No último trimestre de 1997 foram recebidos as VBC, CC M 60 A3 TTS e, a partir do

início de 1998, as VBC,CC Leopard 1 A1, que substituíram as VBC,CC M41 A 3 C nos RCC das Bda C Bld e Bda Inf Bld.



Quase no final da década de noventa, a Cavalaria passa pela sua última reorganização no século XX. Os Esqd C Sv são transformados em Esquadrões de Comando e Apoio. São criados os Pelotões de Exploradores nos RCC e RCB, os RCMec passam a contar com Pelotões de Morteiros Pesados e a logística interna de suas unidades é modificada em função das peculiaridades de emprego das unidades mecanizadas e blindadas no combate moderno.

Ao longo de quase quinhentos anos de história militar, a Cavalaria no Brasil evoluiu constantemente, adaptando-se às mudanças na arte da guerra sem perder suas características de mobilidade, flexibilidade e ação de choque. Suas unidades, empregando o cavalo, carros blindados e carros de combate, estiveram presentes na grande maioria das campanhas realizadas pela força terrestre brasileira. Seus milicianos das Ordenanças, os Dragões, a Cavalaria Auxiliar, os Caçadores a Cavalo, a Cavalaria Ligeira, Divisionária, Independente, Mecanizada, Pára-quedista e Blindada conquistaram o reconhecimento do restante do Exército, em árduas jornadas de sacrifício e glórias no passado e de profissionalismo e eficiência no presente, construindo assim a imorredoura tradição da Arma Ligeira, da Cavalaria Brasileira.

